

# POR UMA ARQUEOLOGIA DO ANTROPOCENO: TEMPO, IDENTIDADE E NOVOS ARTEFACTOS NUMA NOVA ERA<sup>1</sup>

[https://doi.org/10.14195/2182-844X\\_9\\_21](https://doi.org/10.14195/2182-844X_9_21)

**Daniel Carvalho<sup>2</sup>**

Doutorando associado ao UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

## Resumo

Este artigo explora a problemática da existência de uma Arqueologia do Antropoceno que, a par de uma Arqueologia Contemporânea, é defendida como sendo um passo necessário a aplicar para a disciplina em geral. Passando pela noção de tempo, por uma identidade própria e pelos novos contactos com a materialidade, o texto procura oferecer uma perspetiva sobre os problemas e possibilidades da etapa cunhada como sendo o período de grande transformação nos sistemas ecológicos a nível planetário e a sua ligação às práticas arqueológicas.

**Palavras-chave:** Arqueologia, Antropoceno, Tempo, Identidade, Materialidades

## Abstract

This article explores the problem of the existence of an Archaeology of the Anthropocene, which, along with a Contemporary Archaeology, is here argued to be a necessary step for the discipline in general. Passing through a renewed notion of time, archaeology's own identity and new contacts with materiality, the text seeks to offer a perspective on the problems and possibilities of the stage coined as the period of great transformation in ecological systems at a planetary level and its connection to archaeological practices.

**Keywords:** Archaeology, Anthropocene, Time, Identity, Materialities

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi apenas possível com o financiamento da bolsa de investigação proveniente da FCT, inserida no projeto de doutoramento "O Teórico Artificial: identificar conceitos, ideias e padrões no discurso arqueológico na Península Ibérica (XX-XXI) com recurso a métodos de Inteligência Artificial e Aprendizagem Automática" com a referência 2020.08612.BD.

<sup>2</sup> UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

LAQU - Laboratori d'Arqueologia Quantitativa da Universitat Autònoma de Barcelona

FCT - Bolseiro de Doutoramento FCT com a referência 2020.08612.BD

<https://orcid.org/0000-0003-3908-5198>

[danielcarvalho1@campus.ul.pt](mailto:danielcarvalho1@campus.ul.pt)

## Introdução

A noção de que a Arqueologia lida com o Passado é considerada como sendo um dado adquirido, nos seus moldes disciplinares. No entanto, a crítica face ao conceito de antiguidade e a uma noção de tempo precisa veio a intensificar-se nas últimas décadas (e.g., González-Ruibal, 2012 e Nativ e Lucas, 2020)

De facto, o Passado demonstrou que a sua extensão não era um sinónimo de falta de inteligibilidade e que o Presente é também constituído por um pretérito extremamente recente. Sobre esta produção de conhecimento, sumulando-se no epíteto de Arqueologia Contemporânea, já se encontra consolidada em âmbito internacional, embora se constate que perdure algum conflito intelectual em aceitar as etapas cronológicas que mais se aproximam do Presente como sendo viáveis em termos de inquérito científico. Pode um artefacto recente, produto de uma sociedade hiperindustrializada e de alto consumo, ser visto da mesma perspetiva de um outro, proveniente dos primórdios da Humanidade, dos primeiros esforços tecnológicos?

Esta questão não é apenas ontológica e não diz respeito somente às materialidades. O principal problema em aceitar esta perspetiva alicerça-se na generalização de um ideal de Antiguidade.

Deste modo, argumentamos que qualquer artefacto humano pode ser estudado dentro dos moldes da Arqueologia, pois o tempo não é um elemento que possa determinar a capacidade de um objeto contribuir ou não para a compreensão do

ser humano e da sua relação com materialidades, constituída por uma identidade própria e novos artefactos que as compõem.

É neste horizonte de ruptura que se pretende refletir na Arqueologia do Antropoceno, efetivamente estável e robusta enquanto horizonte de investigação. Já vários trabalhos se debruçaram sobre esta questão (e.g., Pétursdóttir, Olsen, 2018 e Campbell, 2021). No entanto, e embora este modo de fazer Arqueologia já esteja difundido sob outros moldes, esta continua a levantar inúmeras questões e a ser praticada por um número reduzido de arqueólogos.

O que efetivamente se encontrou na região da Antártida, viria a mudar a perspetiva para o impacto humano na Natureza. Um conjunto de investigadores do Institute for Marine and Antarctic Studies da Universidade da Tasmânia depararam-se com vestígios de microplásticos de dimensão inferior a 5 milímetros, numa sonda de perfuração (Kelly et al, 2020). O aviso era notório: o início da cadeia alimentar, com o krill, defronta-se com o plástico, condicionando e moldando imediatamente todo o processo subsequente. As atividades da Humanidade demonstram uma vez mais a sua dimensão, com um dos locais menos afetados do planeta a denunciar que a realidade também ali chegara. Este dado é a premissa para a discussão de uma nova era, especialmente em voga na última década, o Antropoceno. Envolto em discussão e polémica nas várias comunidades científicas, este conceito liga-se ao impacto que o ser humano impõe ao meio, sendo que a sua ordem de grandeza origina a proposta de uma etapa geológica criada pela espécie humana. Esta

ideia é aliciante para a Ciência, com a Geologia, a Ecologia, a História e a Antropologia, debatendo-se sobre qual seria o seu ponto inicial, as suas principais características e consequências. No entanto, o Antropoceno pode ser também estudado de um ponto de vista das relações entre agentes humanos e materialidades, com a Arqueologia.

De facto, a Arqueologia permite uma visão única deste fenómeno, a vários níveis, que pretendemos explorar no decurso deste artigo. Mais ainda, origina uma reflexão e questões pertinentes para a disciplina. Que tipo de conhecimento produz a Arqueologia para etapas cronológicas contemporâneas? Pode e deve-se sequer ambicionar estudar um Passado extremamente recente? Que tipo de ação social pode a disciplina possuir no século XXI? São estas algumas das perguntas que se procuram debater, nesta interface do Antropoceno com a Arqueologia.

Com este artigo pretendemos tocar em três eixos principais:

- O papel do tempo na Arqueologia, como este é percebido nos dias de hoje e se permite aos arqueólogos desempenhar o seu papel enquanto cientistas ou, se pelo contrário, traz limitações. A questão do estabelecimento de *Idades* e dos moldes pelos quais estas são criadas será igualmente debatido, assim como a questão das cronologias.
- A formulação de uma Arqueologia do Antropoceno. Como podemos estudar a nossa própria época e sob que diretrizes, o que isso impacta a Humanidade e como isso pode

criar sinergias entre diversas áreas – Filosofia, Engenharias, Ciências Sociais, Tecnologias. Poderá o questionário arqueológico ser efetivamente alargado para alcançar uma nova inteligibilidade da cultura material com a qual nos deparamos todos os dias?

- Uma revisão dos artefactos que são passíveis de ser estudados pela Arqueologia. A questão do *e-waste* – lixo eletrónico – e dos artefactos baseados em componentes semicondutores e as alterações que efetuaram na vida contemporânea. O aparecimento dos plásticos e a sua classificação como *hiperartefacto*, dado que se encontra imbuído quer em extratos geológicos quer na própria fisionomia de diversas espécies animais e vegetais. Os artefactos de “voz própria” que possuem dados nas suas memórias das nossas atividades, gostos e perspetivas de futuro.

## 1. Uma nova visão para a questão do Tempo em Arqueologia

Como pode a noção tradicional de Passado e de tempo funcionar com uma Arqueologia do Antropoceno? O tempo é em si um alargado objeto de debate. Gavin Lucas (2005) e Laurent Olivier (2008) exploram o conceito de tempo e como este é trabalhado na produção epistemológica da Arqueologia. As críticas à noção de antiguidade (González-Ruibal, 2012 e Nativ e Lucas, 2020) são em si uma vasta rutura aos moldes clássicos pelos quais genericamente nos orientamos. Assim, a resposta é um abandono

da noção clássica do espectro temporal, em detrimento de uma adaptação mais clara às necessidades que o Antropoceno ou uma qualquer forma de Arqueologia Contemporânea. Isto não implica uma total cisão com, por exemplo, o estabelecimento de cronologias, já que à ideia de Antropoceno subjaz o princípio de Idade. No entanto, existem pontos claros que se distanciam e que se têm vindo a consolidar na literatura teórica da Arqueologia.

A principal característica que concerne a esta revisão do tempo é que este é subjetivo, ou seja, não se rege absolutamente nem teleologicamente e depende fundamentalmente dos trâmites da percepção. Se a arqueologia evolucionista foi duramente criticada pela escada do tempo, que as civilizações se seguiriam por uma ordem inexorável, essa ideia ainda perdura, sob moldes mais subtis, na disciplina. Não obstante ter de existir uma ordem, pelo princípio de que é inevitável uma qualquer forma de organização para tornar inteligível o conteúdo científico que é criado, esta não deve ser inflexível. González-Ruibal (2012) ilustra esta via pela noção de arqueólogo enquanto especialista do Passado e não uma hiperespecialização hermética que conduz a cronologias cada vez mais afastadas em termos de análise conjunta e territorializadas. A própria natureza da cronologia deve servir como ferramenta epistémica e não ser servida como uma realidade inexorável. Uma Arqueologia do Antropoceno não deve reger-se somente pelo seu começo, mas sim pela amplitude do seu impacto. Ao ser praticamente globalizada, interessa a oportunidade de analisar um fenómeno não no âmbito de um período cronológico, mas antes nos seus vastos efeitos.

Poderemos questionar-nos se esta é uma realidade demasiado recente para ser parte de um estudo arqueológico. Mas, tal como na Arqueologia Contemporânea, podemos levantar uma outra questão: Para quê realizar uma espera?

O facto de existir um horizonte de investigação passível de ser trabalhado arqueologicamente – algo adquirido pela comunidade (e.g. Graves-Brown, Harrison, Piccini, 2013) – deve ser por si só o motor necessário para que o tempo se torne numa variável e não como uma delimitação marcada para o que pode ou não pode ser estudado. Assim, considera-se que as materialidades devem ser interdependentes da variável temporal a que está associada e permanecendo com o seu potencial arqueológico. Associar ao Passado a uma componente de antiguidade não abona à Arqueologia – antes pelo contrário, reduz o seu escopo e o seu potencial interpretativo. É devido a uma fronteira artificial, cujos moldes são difusos, que se fecha o inquérito arqueológico à nossa própria era. O afastamento temporal como medida de redução de preconceitos é inviável dado que o grau de contaminação de valores existe em qualquer época que se pretenda estudar, independentemente das características de cada uma. Paradoxalmente, a Pré-História, sobre a qual temos apenas informações esparsas e a mais cronologicamente distante, é mais facilmente um espelho das características da sociedade atual do que etapas mais recentes da Humanidade. Deste modo, argumenta-se que uma Arqueologia do Antropoceno é possível se nos adaptarmos às recentes reflexões sobre o tempo na própria Arqueologia.

## 2. Identidade e a natureza da Arqueologia

O que torna algo arqueológico? Qual é o efetivo papel da Arqueologia? Pode existir algum contributo que a Arqueologia pode trazer para o Presente? Para além de uma compreensão dos sistemas sociais, económicos e políticos do Passado, podem existir contributos para uma tomada mais consciente de decisões impactantes e manutenção de narrativas relacionadas com o Património Cultural? Estas são várias perguntas que concernem a temática da identidade e que uma Arqueologia do Antropoceno ajuda a expor. A ontologia do artefacto arqueológico é um tema que norteia os estudos teóricos das duas últimas décadas (Olsen *et al*, 2012), em que o retorno a formulações de base é invocado. O Antropoceno é em si um superlativo material, dado que a nossa produção artefactual é de tal modo elevada que comprometemos sistemas naturais, alguns de modo já irreversível. Sob as características destas novas materialidades debateremos no ponto seguinte, mas deparamo-nos com um cenário distinto, com artefactos que duram no tempo, outros que possuem efeitos e agências muito para além da sua finalidade primária e ainda outros que quebram a barreira da imaterialidade, pela via de interfaces digitais. Não obstante, não só de materialidades se faz a Arqueologia do Antropoceno. E é precisamente uma questão identitária que subjaz, uma via de ação para com o Presente. Se um dos mais basilares princípios da prática arqueológica é orientar as comunidades contemporâneas para contactarem com os resquícios do Passado, o Antropoceno abre as portas para uma aplicação das metodologias do Passado para resolução de

problemas do Presente. Isto prende-se essencialmente com a questão ecológica e da sustentabilidade dos meios envolventes ao ser humano, dado que o Antropoceno é em si uma intrusão artificial das nossas materialidades. Mas vai além destes elementos, com a problemática das migrações, das desigualdades sociais, das dinâmicas populacionais, entre todo um rol de desafios que assolam as sociedades contemporâneas. Dado que a Arqueologia do Antropoceno se constrói através da resolução desses problemas, faz com que possua uma identidade muito própria e uma componente bastante ativa, algo que nem sempre se pode relacionar com Arqueologia realizada sob outros moldes.

A gestão de um novo Património é também em si um universo de possibilidades. Cornelius Holtorf (2015) representa, a título de exemplo, um conjunto de investigação relacionada com a componente patrimonial de centrais nucleares desativadas. Encontra-se nas ruínas contemporâneas também uma vertente patrimonial, extremamente conectada com a memória. A própria grande mancha do Pacífico é em si um tipo de Património, de legado humano, independentemente do juízo de valor que se procure realizar. Este novo Património representa uma nova etapa de reflexão que necessita de ser despoletada nos meios arqueológicos. A consideração de artefactos contemporâneos como sendo arqueológicos já é em si um desafio pois não obstante esta ser uma realidade adquirida no meio internacional ainda se encontra uma vasta resistência por parte da comunidade portuguesa em assumir essa via (Casimiro e Sequeira, 2019). Por outro lado, existe toda uma componente legal que terá de acompanhar essa reflexão: o que pode

ser destruído? O que deve ser preservado? Dentro dos paradoxos arqueológicos, a destruição das etapas mais recentes para a obtenção das mais antigas – a epítome do conceito de antiguidade aplicado – é um dos mais complexos de resolver. Devem ser relegadas para a conservação e registo uma camada que represente uma ocupação doméstica de um espaço da metade do século XX? Não é fácil responder a estas questões e certamente serão múltiplas as abordagens e os argumentos a favor ou contra. No entanto, um facto emerge: a Arqueologia pode e deve inserir-se neste debate. Pela sua identidade de estudo do Passado e das suas relações com as materialidades, deve assumir uma posição de relevo neste debate.

### 3. Materialidade, ontologias e memória

É geralmente acordado em Arqueologia que os artefactos não falam por si mesmos. A sua biografia e os processos pelos quais são criados, usados ou descartados são nos oferecidos por análises indiretas, pois a agência do artefacto é em si muda, encerrando na sua matéria as respostas que ambicionamos ter.

Os arqueólogos tendem a encontrar vestígios de evidências culturais na materialidade sobre aspetos de sociedades humanas passadas, mas um pote, uma ferramenta lítica ou uma ferramenta industrial não contam a sua história por si mesmos. No entanto, pode argumentar-se que este silêncio não é transversal a toda a cultura material, uma vez que elementos simbólicos, linguísticos e de design podem, de facto, dizer-nos, como fonte primária, singularidades passíveis de serem transcritas como dados.

Ainda assim, é apenas uma mera e, em muitos casos, diminuta fatia que pode ser deduzida, e, possivelmente mais preocupante, não fornece muito espaço, apesar dos nossos melhores esforços criativos, para que factos alternativos sejam construídos. A questão tipológica é em si extensamente debatida (Sørensen, 2015), assim como o papel da explicação e os moldes pelos quais esta se protagoniza.

E, todavia, ainda não sabemos toda a distância que um pote cerâmico percorre no seu período de vida funcional, e provavelmente nunca o sabermos. A individualidade de quem utiliza artefactos escapa frequentemente entre análises, dado que não sabemos quem era a pessoa que fez/usou/destruiu determinado tipo de materialidade.

O propósito dos objetos é principalmente padronizado, recorrente à sua funcionalidade. Até esta última é relativamente complexa e muitas vezes relegada para um regime comparativo com as tecnologias que conhecemos, reproduzindo-se modelos por analogia, à falta de uma melhor ferramenta.

Esta situação pode ser encarada como uma inevitabilidade – como podemos fazer mais se não podemos voltar ao Passado para testemunhar todos os aspectos que procuramos? Uma solução possível é esperar por desenvolvimentos tecnológicos que permitam maiores descobertas, e assim desvendar dados que são invisíveis a partir de hoje. As datações por radiocarbono, o LiDAR e a fotogrametria são alguns dos exemplos mais reconhecidos.

Uma abordagem mais proativa é estudar o passado recente, ou mesmo, o Presente. A materialidade

ganha então uma nova relevância, uma vez que a sua quantidade e disponibilidade são incomparáveis a outros períodos cronológicos. Ainda assim, o silêncio permanece, com estes objetos a enfrentarem os mesmos enigmas que os seus antecessores. Um fragmento de plástico é na maioria das maneiras, tão mudo como um fragmento de cerâmica romana.

Existe, porém, toda uma nova gama de artefactos que desafia esta noção: materialidades que encerram formas de exposição de dados através das suas memórias internas. Em suma, poderemos referir-nos a uma *media archaeology*, uma arqueologia que conjuga esse género de materialidades. Um exemplo muito claro é o de um comum *CD-Rom*, assumindo-o como um artefacto e embora já maioritariamente descontinuado para a tecnologia atual. Este encerra em si a potencialidade de ser uma fonte, mas também de expor características muito particulares do seu autor, do sistema de programação e da tecnologia que foi usada para o ler. Um outro exemplo é o de um *smartphone*. Uma arqueologia deste já tão mundano objeto implicaria uma quantidade gargantuante de informação. Dado que os *smartphones* se conectam a sistemas de GPS, é possível refazer percursos do seu utilizador; informação relacionada com atividades comerciais, económicas e de marketing são expostas pela subscrição a *cookies*, não obstante a revisão recente dos critérios de privacidade impostos à venda de dados pessoais; fotos, textos e conversas encontram-se também nestes objetos. Em suma, o *smartphone* sendo uma autêntica extensão da pessoa que o utiliza, uma componente de exploração arqueológica permite desvendar questões mais complexas e mais inconventionais do que

em artefactos que se encontram mais “silenciados”. A capacidade de ter uma memória interna que depois é passível de ser verificada e explorada é uma forma de criar inteligibilidade que se distingue de uma outra fonte pois não é indireta, faz parte da própria materialidade. Esta noção é relevante no sentido de que passa a existir uma nova relação com os objetos de uma perspectiva arqueológica, que a base epistémica se torna mais centralizada, mais individualizada, onde há um contexto interno, além do externo, que envolve o artefacto.

Uma Arqueologia do Antropoceno viabiliza um novo olhar, que se coaduna com os novos materialismos e com uma *flat ontology* (Olsen, 2010) mas que eleva a potencialidade destes materiais em criar renovadas relações entre o arqueólogo e o seu objeto de estudo. Por outro lado, pode igualmente originar perspectivas diferentes face à maneira de como olhamos para os artefactos e estruturas que associamos tradicionalmente à Arqueologia. Desde a questão da multitemporalidade e dos sítios arqueológicos que são constantemente reutilizados, à própria natureza de como os locais intervencionados se encontram nos dias de hoje, existe a possibilidade de estabelecer uma dinâmica reforçada entre o Passado e as vicissitudes que assolam os vestígios que encontram o seu caminho para o Presente. Para todos os efeitos, uma Arqueologia do Antropoceno, ao nível material, não é muito distinta da *Archaeology of Us* (Gould e Schiffer, 1981) protagonizada por Michael Schiffer, em que a base fundamental se representa na premissa também defendida pela *Garbology* de William Rathje (Rathje e Murphy, 1992): para quê esperar que tudo seja destruído? Como este

último autor defende, a Arqueologia lida principalmente com o desperdício, com o detrito, com o que ficou desfuncionalizado. Operar na matriz do Antropoceno é apenas vocacionar a metodologia para os resíduos que utilizamos agora, para a nossa realidade. Contudo, esta viragem não é isenta das suas críticas e problemas, além das possibilidades que se abrem, que devem ser expostas e debatidas, especialmente para o caso da Arqueologia que é realizada em Portugal.

#### 4. Arqueologia do Antropoceno: possibilidades e problemáticas

Existe uma grande variedade de estudos que podem ser alvo de uma arqueologia do Antropoceno. Centremo-nos primeiro nas possibilidades passíveis de ser exploradas:

- Por exemplo, os sistemas de urbanização e o impacto das variadas atividades humanas sobre a paisagem e o meio envolvente. O desenvolvimento das cidades, examinando como se vão mutabilizando, e como tudo isto afeta as áreas circundantes e as populações que aí habitam;
- Os processos de industrialização. Os vestígios de uma indústria específica, como a mineração ou a manufatura, e dos processos subsequentes que rodeiam os espaços produtores, ou mesmo da conglomeração de várias indústrias distintas;
- A poluição e a degradação ambiental que lhe subjaz. Por exemplo, um arqueólogo pode estudar o impacto da poluição sobre um

ecossistema específico, ou examinar os impactos sociais nas proximidades;

- A particularidade dos resíduos plásticos a nível arqueológico. A sua extensão nos oceanos e ecossistemas terrestres e as consequências para as sociedades humanas que dependem dos recursos destes últimos;
- Finalmente, a grande questão das alterações climáticas. As materialidades que são criadas ou utilizadas pela via das alterações de temperatura na agricultura, a gestão da água, e os eventos que podem causar nas populações e nos espaços em que habitam.

E para o caso português? Para uma Arqueologia do Antropoceno a ser efetuada em larga escala em Portugal, há que primeiro superar todo um conjunto de questões. O principal obstáculo prende-se, como referido anteriormente, com a inexistência de uma Arqueologia Contemporânea como *corpus* de investigação no território nacional. Embora exista uma advocação em termos de que a Arqueologia Industrial é em si Arqueologia Contemporânea ou que a extensão da Arqueologia Moderna também cumpre esse propósito, não podemos deixar de concordar que, em termos conceptuais, são diametralmente diferentes (Casimiro e Sequeira, 2019), com tradições historiográficas distintas, com produções epistémicas profundamente díspares e com horizontes de investigação diferenciados. A continuação de uma defesa do argumento de que a "Arqueologia Contemporânea não é Arqueologia" é um ato anacrónico, dado já o extenso debate e produção científica realizada nestes âmbitos. Não obstante a

tríade Moderno/Industrial/Contemporâneo, uma Arqueologia do Antropoceno tem de ultrapassar a questão da escassez de estudos cronológicos e sítios arqueológicos escavados, pois vai muito além de uma dissidência cronológica. Portugal, inserido na matriz europeia, causa e sofre dos efeitos do Antropoceno e isso consubstancia-se nas materialidades que desembocam nos mais variados locais, formas e feitos. A informação que existe sobre, por exemplo, a questão da poluição proveniente de lixo eletrónico encontra-se desatualizada (Taffel, 2015) e uma Arqueologia dessas realidades, inserida na égide do Antropoceno, abre possibilidades para reverter essa situação.

Por outro lado, e como discutido no primeiro ponto, dissertar se os moldes que concernem à definição de uma área de investigação com estas particularidades se inserem numa questão cronológica e/ou de antiguidade é uma actividade infrutífera e manifestamente pouco produtiva. Mais relevante é a sua ligação com outros aspetos, quer teóricos quer práticos.

Se a componente de exercício de poder é característica de uma Arqueologia Contemporânea, esta extravasa para a Arqueologia do Antropoceno e adiciona-se a uma outra: a uma componente de ação. A premissa é notória, a agência e as ações que visam a resolução de problemas está na natureza do Antropoceno. Ao arqueólogo abre-se aqui um novo leque de oportunidades e, especialmente, a entrada num meio mais atual. Dado que um dos apanágios da Arqueologia é a sua capacidade de comunicar para o grande público, a sua inserção nos temas que concernem ao Antropoceno ajudaria a salientar o papel do arqueólogo nas grandes

questões que assolam a Contemporaneidade e que norteiam o acesso a bolsas de investigação, projetos com financiamento, entre outros. Será de difícil compreensão que uma temática que envolva materialidades relacionadas com sistemas de produção que remetem para atividades culturais escapem do âmbito da Arqueologia. Se a Garbology funcionou enquanto projeto científico, quer em termos antropológicos, arqueológicos, ecológicos, sociais e políticos, a reprodução desse modelo, mais extensamente aplicado, continuará a dar os seus frutos.

Por fim, uma Arqueologia do Antropoceno só se poderá concretizar totalmente pela interdisciplinaridade. Será impossível, dada a sua magnitude, qualquer área poder dar respostas fiáveis aos problemas que surgem no decurso dessas investigações. A Arqueologia abre uma janela de observação, mas que necessita de muitas outras para a sua complementação. No entanto, assume-se que há um lugar de fala para a área que está praticamente inutilizado. A transição que se verifica nas áreas das Humanidades e das Ciências Sociais para se vocacionarem sobre questões muito concretas e, na sua índole, bastante práticas; as próprias condições para se continuar a realizar investigação científica, sempre dentro de um quadro justificativo dos eixos orientadores dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, todas estas trâmites, muitas vezes ultrapassados com dificuldade pelos investigadores, encontram um lugar comum no Antropoceno. Decerto que há problemas ainda por resolver, sendo o quadro legal, como referido, um dos mais prementes. Já para a Arqueologia Contemporânea, esta terá dificuldade

em adaptar-se aos regulamentos que gerem a atividade arqueológica, quando muito para realidades extremamente recentes. Ainda assim, ao se verificarem todas estas possibilidades e, mais do que tudo, oportunidades que unem a produção científica a problemas sociais e humanos, essa adaptação não se assume como uma impossibilidade. Pelo contrário, percebe-se como uma desejável revisão e debate para a Arqueologia portuguesa se inteirar de novas chances e de novos quadros interpretativos e epistémicos que se formam e que se têm formado, ao longo das últimas décadas, na disciplina a nível mundial. Urge, portanto, que conciliemos a identidade da Arqueologia que praticamos com uma outra, que por muito ímpar que possa parecer à primeira vista, assume o mesmo propósito desde os primórdios da formulação da área: compreender as relações entre o ser humano e as materialidades e os seus significados transpostos do Passado para o Presente.

### Considerações finais

Face a todas estas particularidades, argumentamos que a Arqueologia do Antropoceno é algo possível e manifestamente inevitável. Uma Arqueologia que se inteira dos impactos produzidos pelo Presente encontra uma oportunidade de se reinventar e adaptar-se às necessidades atuais.

Ao incorporar nas suas análises os resíduos industriais contemporâneos, os arqueólogos estendem o seu escopo para uma dimensão mais vasta, numa lógica de autorreflexão e meta-análise.

Um dos desafios de uma Arqueologia do Antropoceno passa pelas materialidades serem

consideradas demasiado recentes para se encontrarem num estado de preservação dentro de um no registo arqueológico. Esse é um não-problema, como argumentamos, passível de ser ultrapassado ao abandonar a noção de antiguidade. Assim, será possível dar voz a dados que nos permitirão olhar, com uma visão arqueológica, para padrões relacionados com sítios, materialidades e questões de foro social e cultural das comunidades do Presente.

Deste modo, uma Arqueologia do Antropoceno tem o potencial de beneficiar a sociedade de várias formas, elevando a investigação arqueológica e abrindo novas vias a explorar. Pode ajudar-nos a compreender melhor as formas como a tecnologia e a cultura interagem, como se moldam e são moldadas, pela Sociedade e pela prática da Ciência. Possibilita também certamente levar a debate as implicações éticas e morais das ações humanas sobre o ambiente e a nossa relação com o mundo. Pode fornecer uma perspetiva a longo prazo sobre os nossos impactos, informar sobre os processos que conduzem aos mesmos e gerar políticas mais fundamentadas para os solucionarmos. E, sem esquecer a própria disciplina em si, uma importante oportunidade para esta debater os seus próprios conceitos, hipóteses e teorias.

Face aos atuais desafios ambientais globais, uma Arqueologia do Antropoceno deve tornar o arqueólogo um agente ativo para a construção de um futuro mais são, para a Terra e os seus habitantes.

## Bibliografia

- CAMPBELL, P. (2021) 'The Anthropocene, hyperobjects and the archaeology of the future past', *Antiquity*, 95(383), pp. 1315-1330. <https://doi.org/10.15184/aqy.2021.116>
- CASIMIRO, T. e SEQUEIRA, J. (2019) Os Deuses Devem Estar Loucos... ou a emergência de uma Arqueologia Contemporânea em Portugal. *Al-Madan*, II Série (22), Tomo 3, pp.88-97
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2012) 'Hacia otra arqueología: diez propuestas' *Complutum*, 23(2), pp. 103-116.
- GOULD, R. e SCHIFFER, M. (1981) *Modern Material Culture the Archaeology of Us*. Academic Press
- GRAVES-BROWN, P., HARRISON, R. e PICCINI, A. (eds.) (2013) *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World*. Oxford Academic. Online Edition
- HOLTORF, C. e HOEGBERG, A. (2015) *Archaeology and the future: Managing nuclear waste as a living heritage (NEA--7259)*. Nuclear Energy Agency of the OECD (NEA)
- LUCAS, G. (2005) *The Archaeology of Time*. Routledge. London
- NATIV, A e LUCAS, G. (2020) 'Archaeology without anti-quity' *Antiquity*, (94), pp. 1-12
- OLIVIER, L. (2008) *Le sombre abîme du temps: Mémoire et archéologie*. Seuil. Paris
- OLSEN, B., SHANKS, M., WEBMOOR, T. e WITMORE, C. (2012) *Archaeology: The Discipline of Things*. University of California Press. Berkeley
- PÉTURSDÓTTIR, Þ. e OLSEN, B. (2017) 'Theory adrift: The matter of archaeological theorizing' *Journal of Social Archaeology*, *Journal of Social Archaeology*, 18(1), pp. 97-117.
- RATHJE, W.L. e MURPHY, C. (1992) *Rubbish!: The Archaeology of Garbage*. New York. HarperCollins
- SØRENSEN, M. (2015) "'Paradigm lost": on the state of typology within archaeological theory'. In Kristiansen, K.; Šmejda, L.; Turek, J. e Neustupný, E. (eds.) (2015) *Paradigm found: archaeological theory present, past and future: essays in honour of Evžen Neustupný*. Oxbow Books.
- KELLY, A., LANNUZEL, D., RODEMANN, T., MEINERS, K., AUMAN H. (2020) Microplastic contamination in east Antarctic Sea ice. *Mar Pollut Bull*, 154 (2020), pp.1-7. <https://doi:10.1016/j.marpolbul.2020.111130>